



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

22/06/2013



INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	1 - 2
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	3
2.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	4 - 5
2.3. SEGURANÇA.....	6
2.4. VARA CÍVEL.....	7
2.5. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	8 - 9
2.6. VARAS CRIMINAIS.....	10
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	11
3.2. DECISÕES.....	12
3.3. VARAS CRIMINAIS.....	13
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. SEGURANÇA.....	14 - 15
4.2. UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	16 - 17
5. JORNAL O QUARTO PODER	
5.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	18
5.2. DECISÕES.....	19
5.3. UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	20 - 21
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	22
6.2. DECISÕES.....	23
6.3. PUBLICIDADE LEGAL.....	24
6.4. SEGURANÇA.....	25

MAIS DE 30 MIL SÃO AGUARDADOS NO MANIFESTO 'ACORDA MARANHÃO'

Está prevista para a tarde deste sábado (22) uma manifestação que, pelo o que tudo indica, terá grande mobilização da população ludovicense. O movimento "Acorda Maranhão" promete tomar as ruas do centro de São Luís com cartazes, bandeiras, gritos de ordem e protestos que estão sendo levantados em todo o país.

PÁGINA 3



 **PROTESTO**

Mais de 30 mil são aguardados no manifesto 'Acorda Maranhão'

Está prevista para a tarde deste sábado (22) uma manifestação que, pelo o que tudo indica, terá grande mobilização da população ludovicense. O movimento "Acorda Maranhão" promete tomar as ruas do centro de São Luís com cartazes, bandeiras, gritos de ordem e protestos que estão sendo levantados em todo o país.

Até a manhã de ontem, 21/06, mais de 30 mil pessoas já haviam confirmado a sua presença na página do evento no Facebook. O que chama a atenção nesse número, além da quantidade, é a variedade do perfil dos ma-

nifestantes: desde universitários, secundaristas, professores, aposentados, artistas, entre outros. Se essa quantidade de manifestantes for confirmada, superará o contingente do movimento "Vem Pra Rua", que reuniu, aproximadamente, 10 mil pessoas no centro da cidade na quarta-feira passada, 19/06.

As principais reivindicações que a manifestação pretende levar às ruas são diversas e abrangem questões locais e nacionais: saúde pública de qualidade, segurança pública de qualidade, melhorias na educação e no transporte público, a saída do

atual presidente do senado Renan Calheiros, a inviabilidade da PEC 37, a transformação do crime de corrupção em hediondo, a prisão dos condenados por corrupção e investigação dos gastos públicos com a Copa do Mundo de 2014.

O movimento é organizado por um grupo que atende pelo o mesmo nome da manifestação, e que já participou de outras manifestações em São Luís. Diferente de outros movimentos em todo o território nacional, o "Acorda Maranhão" tem um posicionamento político um pouco mais definido. Ainda as-

sim, o grupo apresenta-se apartidário. Na página oficial do evento, o "Acorda Maranhão" deixa claro que é contra a qualquer tipo de vandalismo ao bem público e a violência entre manifestantes e policiais.

A concentração da manifestação está marcada para as 14 horas, na Praça Maria Aragão. O percurso planejado pela organização é: Praça Maria Aragão - Beira-Mar - Palácio dos Leões - Prefeitura - Tribunal de Justiça - Praça Dom Pedro II - Rua do Egito - terminando na Ponte do São Francisco, ocupando toda a sua extensão.

UM CENTRO para efetivar acordos entre consumidores e concessionárias de serviços deverá ser instalado no campus da Universidade Federal do Maranhão no segundo semestre deste ano, conforme entendimento entre o presidente do Núcleo de Solução de Conflitos do Poder Judiciário, desembargador José Luiz Almeida, e o reitor Natalino Salgado.

Juristas discutem reforma da Lei de Execuções Penais em evento no Tribunal de Justiça

Desembargador Froz Sobrinho, presidente da Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário do TJ, coordenou audiência da Comissão Especial do Senado

Ronaldo Rocha
Da editoria de Política

A reforma da Lei de Execuções Penais [Lei 210/1984] foi tema de discussão em audiência pública ontem no Tribunal de Justiça do Maranhão. Os debates, promovidos pela Comissão Especial de Juristas do Senado Federal em todo o país, foram coordenados pela Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário (UMF) do TJ, que tem como presidente o desembargador Froz Sobrinho.

A proposta de reformulação da Lei de Execuções Penais, que tem sido estudada pelo Senado, prevê a reavaliação dos direitos e deveres dos sentenciados; o equilíbrio entre a aplicação da pena e a gravidade do delito e os custos do sistema prisional.

"A LEP é de 1984 e certamente a sociedade desenvolveu novas demandas, novas expectativas ao longo dos anos. A lei carece hoje de alguns requisitos que a atualizem e, sobretudo, que criem mecanismos de efetividade", disse o advogado maranhense Charles Dias, que compõe a Comissão Especial do Senado.

Dias disse que a reforma da LEP tem de apagar a impressão de impunidade que existe por parte da população em relação à Justiça do Brasil. "A falta de mecanismos é que permite que haja essa impressão de impunidade. Observe que o país vive um momento de manifestações, onde uma das principais reclamações é a falta de segurança e a impunidade. Ou seja, há uma insatisfação em relação a essas questões", disse ele, referindo-se aos atos de protesto que eclodiram por todo o Brasil - inclusive no Maranhão - nas últimas duas semanas.

Também membro da comissão do Senado, o promotor de Justiça pelo estado de Pernambuco, Marcellus Ugiette, falou do apelo social em relação à reforma da Lei de Execuções Penais. "Precisamos dar uma contemporaneidade à LEP, tornando-a factível, tirando o Estado brasileiro dessa zona de conforto. O Estado tem de cumprir pelo menos 15% da Lei de Execução Penal, para depois falarmos em ressocialização e reinserção social do apenado. Não há outro caminho", afirmou o representante do Ministério Público pernambucano.

O desembargador Froz Sobrinho, que representou o pre-

sidente do TJ, desembargador Guerreiro Júnior, ampliou a discussão para a infraestrutura do Sistema Carcerário do país.

"A infraestrutura não condiz com a realidade que o mundo moderno pede. Nós temos poucas vagas, cumprimento de regimes diferentes num único sistema, por exemplo. Por isso vamos trabalhar numa nova possibilidade de infraestrutura e também com foco na gestão, principalmente das pessoas que tomam conta do sistema penitenciário. Eles não são polícia, são agentes, têm outro perfil", completou o desembargador maranhense.

Projeto - A Comissão Especial de Juristas foi criada em 4 de abril deste ano, com a finalidade de estudar e elaborar alterações na LEP. As propostas serão encaminhadas à Comissão de Constituição e Justiça do Senado e, em seguida, à Câmara dos Deputados.

A Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão colheu propostas de melhorias para o sistema carcerário brasileiro ao longo da última semana. As sugestões foram apresentadas ontem na audiência pública.

“

O país vive um momento de manifestações, onde uma das principais reclamações é a falta de segurança e a impunidade. Precisamos sanar essa sensação de impunidade. E a reforma da LEP é o caminho ideal”

Charles Dias,
advogado maranhense

Biné Moraes



Desembargador Froz Sobrinho fala sobre o encontro que discutiu ontem o Código de Execuções Penais

Mais

O novo Código Penal discutido pela Comissão Especial propõe, entre outras medidas de alteração no texto, a descriminalização do porte de drogas para consumo pessoal, o estabelecimento de critérios quantitativos para tipificar o porte e a redução da pena máxima para o tráfico. Já a reformulação da lei sobre drogas, Lei 7.663/2010, propõe o aumento da pena para o tráfico.

Exposição em redes sociais ameaça segurança de juízes, alertam instrutores dos EUA

Coronel da polícia norte-americana e instrutores da SWAT debateram com desembargadores, juízes e servidores do TJMA os perigos da superexposição

Desembargadores, juízes e servidores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) avaliaram ontem os perigos da superexposição e estratégias de segurança que podem evitar ameaças pessoais nas redes sociais. O tema foi discutido durante palestra ministrada pelo coronel da polícia norte-americana e comandante da *US Police Instructor Teams - US-PIT* Charles Saba, e pelos instrutores da SWAT, Shane McSheehy e Richard Rippy, no auditório do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau).

Saba alertou os magistrados maranhenses sobre a responsabilidade que cada um tem sobre a própria segurança, ressaltando a vulnerabilidade dos perfis criados nas redes sociais.

O evento – promovido pela Comissão de Segurança Institucional, em parceria com a Diretoria de Segurança do TJMA – foi aberto pelo desembargador José Luiz Almeida, que representou o presidente, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

“Sendo cidadãos, vivemos em estado de insegurança. Imagem enquanto autoridades”, ressaltou o desembargador, acrescentando que o curso não é a solução, mas desperta para essa questão.

“O magistrado é responsável por 51% da sua segurança pessoal. À instituição cabe investir em equipamentos, policiamento e outras ferramentas que afastem as situações de perigo iminente”, afirmou.



Divulgação

Instrutores da polícia dos EUA proferem palestra no auditório do Fórum Desembargador Sarney Costa

Para o instrutor Shane McSheehy, não há filtro seguro que impeça a ação de criminosos, sejam reais ou virtuais. “A mídia social é popular e de fácil acesso. Quando você envia uma informação, está puxando o gatilho e dando um tiro no ar. É uma bala que não se sabe aonde vai parar”, avaliou.

O policial citou procedimentos de segurança que podem neutralizar as fraudes ou ações suspeitas, como aderir às atualizações requeridas pelos sites sociais, usar nomes fictícios, não exibir fotos pessoais ou evitar dar dicas sobre localização, itinerários, preferências ou compromissos diários.

“Ao acessar esse tipo de mídia, suas informações estão sendo compartilhadas com tercei-

ros. É importante limitar ao máximo a exposição gerada pelo uso da rede social. Não exponha sua família ou amigos a situações de perigo”, orientou.

Cultura de segurança - A palestra integra a série de ações desenvolvidas pelo Judiciário maranhense para implantar uma nova cultura de segurança institucional entre os magistrados estaduais, de acordo com proposta lançada pelo presidente Guerreiro Júnior.

Em março deste ano, 38 juízes e desembargadores do Maranhão participaram, no Condado de Lake, na Flórida, de curso sobre segurança judicial ministrado por Charles Saba e sua equipe. Novas turmas de magistrados estão sendo organizadas.

“

Pretendemos convencer os magistrados a uma mudança de paradigma em questões que envolvem segurança”

Capitão Alexandre Magno de Souza, diretor de Segurança Institucional do TJMA

Tamanduá, na zona rural de Timon, recebe ações do Projeto Justiça Itinerante

Povoado recebeu equipes do projeto, que presta serviços gratuitos à população nas áreas de cidadania, Justiça, saúde, educação, documentação, esporte e lazer

TIMON - O Projeto Justiça Itinerante, realizado pela 2ª Vara Cível de Timon, por iniciativa da juíza Susi Ponte de Almeida, atendeu dezenas de pessoas em mais uma etapa do projeto, realizada no começo da semana no povoado Tamanduá.

As ações tiveram o apoio do Ministério Público do Estado do Maranhão (MP), da Defensoria Pública do Maranhão, da Prefeitura de Timon, da Companhia Energética do Maranhão (Cemar), do Cartório de Registro Civil de Timon, do Lions Club, do Centro de Referência de Direitos Humanos, além de voluntários.

Entre os serviços oferecidos estão atividades judiciais como audiências de registro civil, casamentos, registros de nascimento e consultas com promotor de Justiça e defensores públicos.

"Com estas ações, procuramos melhorar ainda mais a imagem do Judiciário e aproximar a Justiça dos jurisdicionados, em especial dos mais carentes", destacou a juíza Susi Ponte de Almeida, idealizadora do projeto.

De acordo com informações da 2ª Vara Cível de Timon, os parceiros deslocaram-se a Tamanduá e realizaram as seguintes atividades: audiências de retificação de registro civil, sendo proferidas 20 sentenças nas próprias audiências realizadas no povoado; casamentos gratuitos e atendimentos pela Defensoria Pública, sendo protocoladas 22 petições iniciais de retificação de registro civil, as quais tiveram as audiências realizadas na mesma data.

A população recebeu ainda atendimento jurídico realizado



Casais oficializaram o casamento por meio do Projeto Justiça Itinerante no povoado Tamanduá, em Timon

por advogados e estagiários voluntários, num total de 28. Foi computada a emissão de 82 carteiras de identidade, de 60 Certificados de Pessoas Físicas (CPF's), de 25 carteiras de trabalho e Previdência Social, quatro carteiras do idoso, além de nove alistamentos militares.

Benefícios - Foram feitos também 78 atendimentos no âmbito do Cadastro Único (Bolsa Família); 103 atendimentos médicos e 28 odontológicos; realização de 25 exames de HIV, 25 teste antigênico não treponêmico (VDRL), 160 testes de glicemia, 30 citologias e

quatro exames de malária; vacinação contra hepatite, meningite, gripe e tétano (53 doses).

Houve a distribuição de 116 kits de higiene dental, 1.008 preservativos, 121 mudas frutíferas, bem como de lâmpadas fluorescentes cedidas pela Cemar.

A Secretaria da Mulher também atendeu com serviços de beleza. Foram 58 limpezas de pele, 62 atendimentos de maquiagem, bem como 43 atendimentos de penteados. Realizaram-se 13 atendimentos individualizados de psicopedagogas com crianças e adolescentes que têm dificuldade de aprendizagem.

Mais

Também foram proferidas para a comunidade durante o Projeto Justiça Itinerante diversas palestras, oferecidas pela Cemar, pelo INSS, e por funcionários da Prefeitura, nas áreas de saúde, meio ambiente, juventude e assistência social. A Fundação Municipal de Cultura organizou a apresentação de grupos de música e danças de alunos do Projeto Beija-Flor, além de pintura facial em crianças.

“Os donos dos arraiais já estão orientados a passar as informações para nós caso observem alguma irregularidade”

Sérgio Duarte, coordenador do setor de proteção da 1ª Vara de Infância e da Juventude



Fiscalização de crianças em arraiais será mais intensa

Trabalho da Vara de Infância e Juventude tem o objetivo de evitar abusos em festas

A presença de crianças e adolescentes em arraiais de São Luís será alvo de uma fiscalização mais intensa a partir de hoje por causa da intensificação dos festejos juninos na capital maranhense. O trabalho, que será desenvolvido pela 1ª Vara de Infância e da Juventude de São Luís, tem o objetivo de evitar abusos e exploração dos menores de idade.

Desde que foram iniciadas as fiscalizações no São João deste ano, o órgão realizou diversas incursões em arraiais da cidade. No sábado, dia 15, dois grupos de bumba meu boi foram notificados no Arraial da Praça Maria Aragão, pois foram encontradas crianças em situação irregular (em um dos casos a criança estava participando da brincadeira fora do horário estabelecido e no outro a criança estava vestindo as indumentárias fora do padrão) e um proprietário de uma mesa de bilhar no Arraial do Parque Folclórico da Vila Palmeira também foi autuado, pois permitiu que crianças jogassem, contrariando o que diz o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Nesses casos, os responsáveis pela infração poderão pagar uma multa que varia de três a 20 salários mínimos.

De acordo com a portaria nº.003/2013, que disciplina a entrada e permanência de crianças e adolescentes em eventos juninos e a participação em brincadeiras, grupos folclóricos e similares, menores de 5 anos de idade podem acompanhar os festejos até as 22h, desde que estejam com os pais ou responsáveis legais e crianças de 6 a 12 anos podem permanecer até a 0h, desde que tenham o alvará de autorização expedido pela 1ª Vara de Infância

Números

102

foi a quantidade de alvarás expedida pela 1ª Vara de Infância e da Juventude de São Luís para agremiações juninas.

e da Juventude de São Luís.

Segundo Sérgio Duarte, coordenador do setor de proteção da 1ª Vara de Infância e da Juventude, o trabalho de fiscalização do órgão se intensificará por causa dos arraiais que estão sendo realizados na capital maranhense, como na Lagoa da Jansen, Ceprama, na Casa do Maranhão, na Praça Nauro Machado além de outros locais e bairros da cidade. Ele afirmou também que a meta é fiscalizar seis arraiais por noite.



Criança durante apresentação em arraial; horário limitado

Pedreiro é condenado pelo Tribunal do Júri a 17 anos de reclusão

Réu era acusado de praticar um homicídio no Cruzeiro do Anil, em janeiro de 2007

O pedreiro André Luís Sousa de Lima foi condenado a 17 anos e 6 meses de reclusão pelo assassinato de Pablo Roberto Silva França. O crime ocorreu no dia 1º de janeiro de 2007, por volta das 2h, no clube Brasileirinho, no Cruzeiro do Anil, em São Luís. Ele deverá cumprir a pena em regime fechado no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. O juiz Hélio de Araújo Carvalho Filho, que presidiu a sessão do 1º Tribunal do Júri, na última terça-feira (18), negou ao acusado o direito de recorrer da sentença em liberdade, pois ainda persistem os motivos para a sua prisão. Antes do julgamento, o réu encontrava-se preso na Delegacia Geral da Polícia Civil de Florianópolis (SC).

Segundo a denúncia, o acusado usou uma arma de fogo e desferiu vários tiros contra a vítima. O motivo seria uma discussão banal, em ambiente de consumo de bebida alcoólica. O acusado já respondeu processo na 2ª Vara Criminal e atualmente responde a outros na 3ª e na 4ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís por assalto.

Na quarta-feira (17), os jurados condenaram outros dois réus por assassinato. Edmilson Rodrigues, conhecido como Pedro ou Diornilson, e Abdias No-

gueira, o *Zefrim*, a 6 anos de reclusão, cada um. Eles eram acusados do assassinato de Miguel Arcanjo Martins. O crime ocorreu no dia 21 de agosto de 2001, por volta das 5h, quando a vítima fazia caminhada nas proximidades da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Conforme depoimento das testemunhas, os dois acusados abordaram Miguel Arcanjo Martins e, ao verificarem que ele não tinha dinheiro, um deles atirou na vítima. O juiz Hélio de Araújo Carvalho Filho concedeu aos réus o direito de apelar da decisão em liberdade. Abdias Nogueira encontra-se atualmente preso cumprindo pena pela prática de outro crime.

Ainda na quarta-feira, pelo assassinato de José Nilson Cardoso Pereira, foi condenado a 13 anos de reclusão Carlos Alberto Oliveira Azevedo, conhecido como Carlinhos, que deverá cumprir a pena em regime fechado. Ele já respondeu a outros processos e se encontra preso. Conforme a denúncia do Ministério Público, o crime ocorreu na noite do dia 13 de maio de 2006.

O local do crime foi 2ª travessa Santa Bárbara, no bairro Liberdade. Também foi denunciado pelo crime Miguel Costa Santos Júnior. Na sentença, o juiz Clésio Coêlho Cunha, que presidiu o julgamento, no 1º Tribunal do Júri, ressaltou que o crime ocorreu devido a desavenças que a vítima mantinha com o acusado.

CASAMENTO COMUNITÁRIO

Inscrições marcadas para próxima terça são remarcadas

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão informa que as inscrições para o casamento comunitário de São Luís agendadas para a próxima terça-feira (25) foram remarcadas. Os noivos que seriam atendidos durante a manhã do dia 25, deverão comparecer à Corregedoria na manhã do dia 1º de julho (segunda-feira); os noivos que seriam atendidos

na tarde do dia 25 serão atendidos na tarde do dia 2 de julho (terça-feira).

O agendamento para inscrições no casamento comunitário que será realizado em São Luís pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão foi encerrado no dia 18 de junho. Do fim do mês de maio até essa terça-feira (18), aproximadamente 900

casais agendaram o seu atendimento. A partir de agora, a Corregedoria atenderá apenas os casais que estão com dia e hora marcados para a efetivação da inscrição, com a entrega da documentação necessária pessoalmente pelos noivos.

A cerimônia do projeto "Casamentos Comunitários" em São Luís será realizada no

dia 14 de setembro, no Fórum Des. Sarney Costa, no Calhau.

A efetivação das inscrições dos casais que agendaram o atendimento estão sendo feitas no prédio sede da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (Travessa Engenheiro Couto Fernandes, s/n, Centro - Praça Pedro II, ao lado da Capitania dos Portos), com dia e hora marcados.

- **Para a inscrição, todos os noivos devem ter em mãos carteira de identidade e comprovantes de residência (dos dois noivos). Além disso, é exigido:**
- **Se solteiros: registro de nascimento original;**
- **Se divorciados: certidão de casamento com averbação do divórcio original;**
- **Se viúvos: a certidão de casamento e certidão de óbito do cônjuge originais.**

DECISÃO ANULADA

A 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado (TJMA) anulou decisão de primeira instância que suspendeu, por cinco anos, os direitos políticos do ex-prefeito de Matinha, Marcos Robert Silva Costa, conhecido como Beto, que teria feito autopromoção em matéria sobre Carnaval no Município, publicada em jornal de São Luís. Por maioria de votos, o órgão colegiado do TJMA entendeu que houve cerceamento de defesa na Justiça de 1º grau. Os desembargadores Anildes Cruz (relatora) e Jaime Araújo acolheram a preliminar levantada pelo advogado de Beto, segundo a qual o apelante teria sido prejudicado com a impossibilidade de produzir as provas que requereu. Além de declarar a nulidade da sentença de primeira instância - consequentemente também da multa de 20 vezes a remuneração que Beto recebia quando prefeito - a decisão da 4ª Câmara Cível do TJMA determinou o retorno dos autos do processo para que o juiz proceda à instrução com o recebimento das provas requeridas pelo ex-prefeito. Segundo entendimento da maioria, o juiz ignorou o requerimento e julgou antecipadamente a ação por ato de improbidade administrativa oferecida pelo Ministério Público Estadual, indeferindo o pedido de produção de provas.

JÚRI POPULAR

Pedreiro é condenado a 17 anos de reclusão

O pedreiro André Luís Sousa de Lima foi condenado a 17 anos e 6 meses de reclusão, pelo assassinato de Pablo Roberto Silva França. O crime ocorreu no dia 01 de janeiro de 2007, por volta das 2h, no clube Brasileirinho, no Cruzeiro do Anil, em São Luís. Ele deverá cumprir a pena em regime fechado, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

O juiz Hélio de Araújo Carvalho Filho, que presidiu a sessão do 1º Tribunal do Júri, na última terça-feira (18), negou ao acusado o direito de recorrer da sentença em liberdade, pois ainda persistem os motivos para a sua prisão. Antes do julgamento, o réu encontrava-se preso na Delegacia Geral da Polícia Civil de Florianópolis (SC).

Segundo a denúncia, o acusado se armou com arma de fogo e desferiu vários tiros contra a vítima. O motivo seria uma discussão banal, em ambiente de consumo de bebida alcoólica.

O acusado já respondeu processo na 2ª Vara Criminal e atualmente responde processos na 3ª e na 4ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís e, conforme informou em seu interrogatório, responde processo por assalto. Consta nos autos que o acusado já foi detido por falsificar ingressos, bem como pela sua participação em gangues. Ele admitiu a autoria do crime, mas negou a intenção de matar. Na época do assassinato de Pablo Roberto Silva França, o acusado tinha 19 anos de idade.

OUTRAS SENTENÇAS - Na quarta-feira (17), os jurados do 1º Tribunal do Júri também condenaram Edmilson Rodrigues, conhecido como "Pedro e Diornilson", e Abdias No-

gueira, conhecido com "Zefrim", a 6 anos de reclusão, cada um. Eles foram acusados do assassinato de Miguel Arcanjo Martins. A pena será cumprida em regime aberto.

O crime ocorreu no dia 21 de agosto de 2001, por volta das 5h, quando a vítima fazia caminhada próximo ao Campus Universitário do Bacanga. Conforme depoimento das testemunhas, os dois acusados abordaram Miguel Arcanjo Martins e, ao verificarem que ele não tinha dinheiro, um dos acusados atirou na vítima.

O juiz Hélio de Araújo Carvalho Filho concedeu aos acusados o direito de apelar da decisão em liberdade, devendo-se, no entanto, anotar que o réu Abdias Nogueira encontra-se atualmente na Casa de Albergado, cumprindo pena pela prática de outro crime.

Pelo assassinato de José Nilson Cardoso Pereira, foi condenado a 13 anos de reclusão Carlos Alberto Oliveira Azevedo, conhecido como Carlinhos, que deverá cumprir a pena em regime fechado. Ele já respondeu a outros processos com sentença criminal transitada em julgado e se encontra preso.

Conforme a denúncia do Ministério Público, o crime ocorreu por volta das 23h do dia 13 de maio de 2006, na 2ª travessa Santa Bárbara, na Liberdade. Também foi denunciado pelo crime Miguel Costa Santos Júnior.

Na sentença o juiz Clésio Coelho Cunha, que presidiu o julgamento, na semana passada (12), no 1º Tribunal do Júri, resalta que o crime ocorreu devido a desavenças que a vítima mantinha com o acusado.

Entrevista// CHARLES SABA

Táticas especiais para eventos de massa

ISMAEL ARAÚJO

“São profissionais da área de segurança que possuem coragem e determinação, pois fazem muito com tão pouco”. Assim o coronel da polícia norte-americana do estado da Flórida, Charles Saba, definiu os policiais brasileiros. Atualmente, ele é integrante da Unidade da Polícia Americana formada por policiais treinados para reduzir riscos em situações de emergência (SWAT) e comandante da US Police Instructor Teams (US-PIT).

O coronel foi o responsável pela implantação do sistema “Taser”, no Brasil, e um dos defensores do policiamento comunitário. Para ele, os protestos que estão ocorrendo em todo o país possuem uma causa certa, mas, em relação à depredação dos prédios públicos, isto acaba afetando gravemente a população.

O coronel Charles Saba, em entrevista a **O Imparcial**, falou sobre segurança pública, técnicas de policiamento empregadas em grandes eventos como Copa do Mundo e Jornada Mundial da Juventude, após sua participação em uma palestra sobre os perigos da superexposição e estratégias de segurança que podem evitar ameaças pessoais nas redes sociais para desembargadores e juízes do Tribunal de Justiça do Maranhão.

O Imparcial: Qual a avaliação que o senhor faz da polícia brasileira?

Charles Saba: “Estamos trabalhando com contexto totalmente diferente, mas a polícia brasileira possui profissionais de coragem e de muita determinação, pois faz muito com muito pouco, enquanto a norte-americana tem muito e faz muito pouco. Nos Estados Unidos, um policial tem mais de cinco armas disponíveis para desenvolver o seu trabalho na rua, como taser, pistola, algema e dentre outras. O policial brasileiro, na maioria das vezes, possui apenas um cacete ou uma pistola”

Como surgiu a ideia do taser ser usado pelos profissionais da área de segurança pública?

“Essa arma é uma forma de proteger o próprio cidadão e ainda de salvar vidas. Antes, o policial tinha apenas o cacete, algema e na maioria dos casos. No momento, o policial pode imobilizar o acusado por meio do taser e ainda resguardar a sua vida. Essa arma começou a ser utilizada a partir do ano de 2000 e, atualmente, policiais de vários países estão adotando no decorrer dos seus serviços”.

Qual a importância do emprego do policiamento comunitário para o sistema de segurança pública?

“É de suma importância, mas os resultados só podem ser visíveis em longo prazo. O Japão foi um dos primeiros países que adotou esse tipo de polícia, e, no momento, o Brasil está adotando esse mesmo estilo”.

O sistema de segurança pública está preparado para garantir o policiamento da Copa do Mundo, no ano de 2014; e da Jornada Mundial da Juventude, em 2013?

“A polícia brasileira tem grandes profissionais de muita coragem e determinação, pois, de fato, faz muito utilizando muito pouco. Mas, mesmo assim, o poder público deve investir em capacitação e recursos tecnológicos”.

Você concorda sobre o movimento que está ocorrendo em todo o país?

“Os jovens têm motivo para reclamar, pois o movimento tem uma causa certa, mas devemos ter cuidado com a depredação dos prédios públicos, porque isso vai acabar afetando o bolso do povo. Alguém vai pagar pelo prejuízo”.

O que se deve fazer para melhorar o sistema de segurança pública no Brasil?

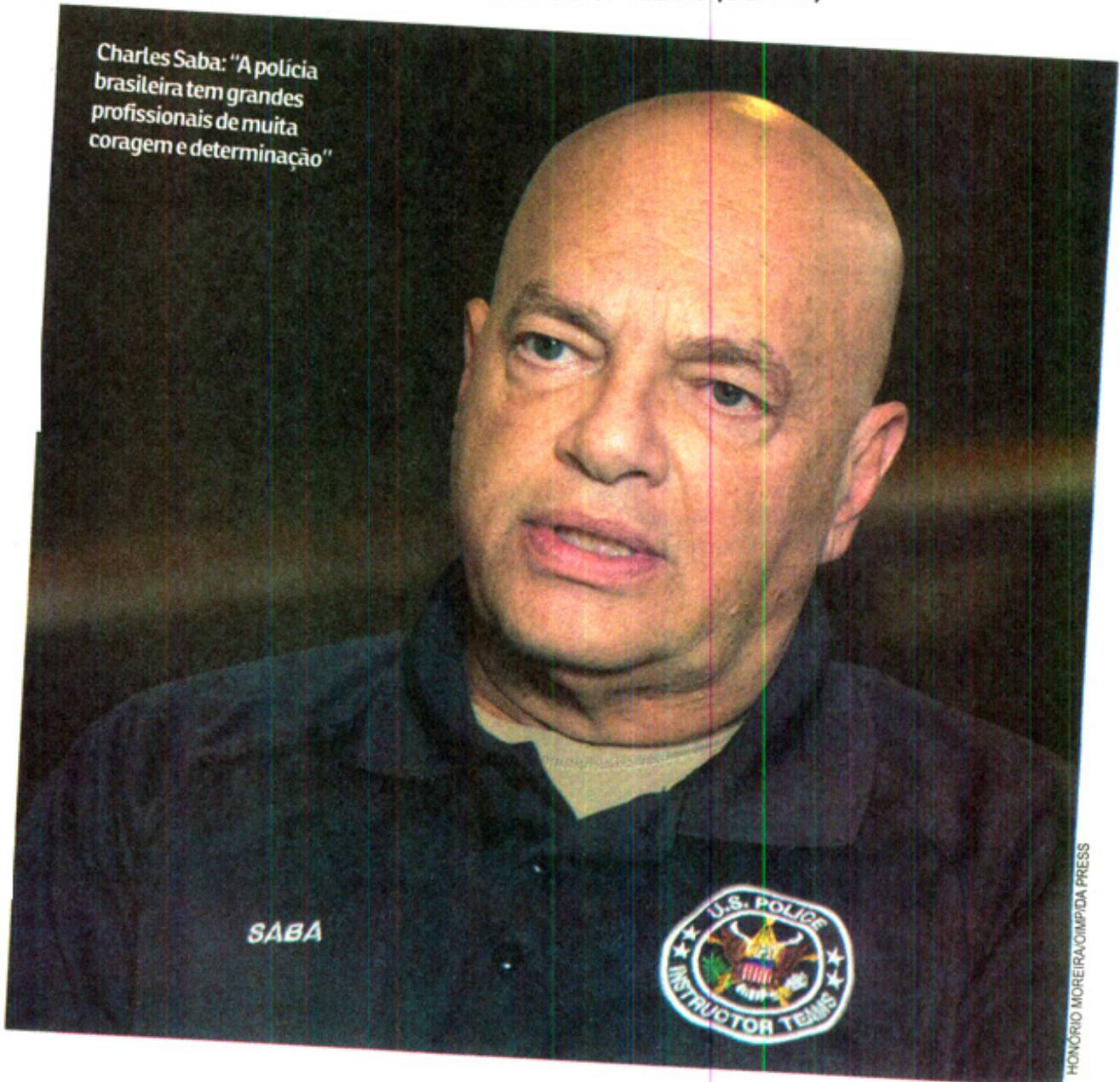
“Todo sistema é falho, mas a polícia brasileira tem feito um excelente trabalho. O poder público deve trabalhar com a educação, principalmente, a fundamental”.



Todo sistema é falho, mas a polícia brasileira
tem feito um excelente trabalho

Charles Saba, comandante da US Police
Instructor Teams (US-PIT)

Charles Saba: "A polícia
brasileira tem grandes
profissionais de muita
coragem e determinação"



HONÓRIO MOREIRA/IMPIDA PRESS

Protestos cancelam programação de arraiais

Pelo menos dois locais de apresentação de brincadeiras juninas – Praia Grande e Lagoa da Jansen – não realizarão atividades hoje, como medida de segurança por conta da manifestação marcada para o Centro



Palácio de La Ravardière, sede do Executivo municipal, Palácio dos Leões, sede do governo estadual, e agência do Banco do Brasil receberam grades de contenção e madeirite

Proteção

Prédios públicos adotam medidas de segurança para evitar depredação

URBANO

Organização

Mais de 30 mil pessoas confirmam participação em protesto de São Luís

URBANO

Segurança reforçada

"Acorda Maranhão" faz manifestação, e órgãos públicos e privados recebem grades de proteção. Arraiais do governo estão suspensos hoje

ISMAEL ARAÚJO
JONATAN CARDOSO

O movimento "Acorda Maranhão" promete tomar as ruas do Centro de São Luís, hoje, com cartazes, bandeiras, gritos de ordem e protestos que estão sendo levantados em todo o país. Mais de 30 mil pessoas confirmaram presença na página do evento no Facebook.

Para evitar dano ao patrimônio público, várias medidas de segurança foram adotadas ao longo do trajeto do movimento. A programação junina da cidade também foi parcialmente cancelada.

Os prédios da Prefeitura colocaram tapumes nas portas e janelas para evitar a depreciação, enquanto, a sede do governo do estado e o Tribunal de Justiça, ambos localizados na Praça Dom Pedro II, instalaram grades de proteção de ferro e, de acordo com a assessoria de comunicação da Secretaria de Segurança Pública, policiais militares foram escalados para o local.

A Secretaria de Comunicação do Estado (Secom) informou, por meio de nota, que além da programação dos arraiais instalados na área do Centro Histórico (Praça Nauro Machado, Casa do Maranhão) e no Ceprama, hoje, ficam canceladas todas as apresentações em arraiais organizados pelo governo do estado do Maranhão, incluindo o Arraial da Lagoa da Jansen. A nota informa que é uma medida de segurança por conta do movimento de protesto. A programação junina



Agência do Banco do Brasil recebeu proteção especial para as portas de vidros e grades

nos arraiais será retomada normalmente amanhã, a partir das 19h, seguindo o roteiro previamente definido pela Secretaria de Cultura do Estado do Maranhão (Secma).

A concentração da manifestação está marcada para as 14h, na Praça Maria Aragão. O percurso planejado pela organização é: Praça Maria Aragão - Beira-Mar - Palácio dos Leões - Prefeitura - Tribunal de Justiça - Praça Dom Pedro II - Rua do Egito - terminando na Ponte do São Francisco, ocupando toda a sua extensão.

O movimento

Na lista de confirmações virtuais do movimento, existe uma variedade de perfis: universitários, secundaristas, professores, aposentados, artistas, entre outros. Se essa quantidade de manifestantes

for confirmada, pode superar as adesões ao movimento "Vem Pra Rua", que reuniu, aproximadamente, 10 mil pessoas, no Centro da cidade, na última quarta-feira.

As principais reivindicações que a manifestação pretende levar às ruas são diversas e abrangem questões locais e nacionais: saúde pública de qualidade; segurança pública de qualidade; melhorias na educação e no transporte público; a saída do atual presidente do Senado, Renan Calheiros; a inviabilidade da PEC 37; a transformação do crime de corrupção em hediondo; a prisão dos condenados por corrupção; e investigação dos gastos públicos com a Copa do Mundo de 2014.

Na página oficial do evento, o "Acorda Maranhão" deixa claro que é contra qualquer tipo de vandalismo ao bem público e a violência entre manifestantes e policiais.



Na sede do Palácio dos Leões, grades de contenção foram instaladas

No segundo semestre

UFMA ganhará Centro de Conciliação



José Luiz Almeida diz que o objetivo é abrir as portas da Justiça para a população

Um centro para efetivar acordos entre consumidores e concessionárias de serviços deverá ser instalado no campus da Universidade Federal do Maranhão no segundo semestre deste ano, conforme entendimento entre o presidente do Núcleo de Solução de Conflitos do Poder Judiciário, desembargador José Luiz Almeida, e o reitor Natalino Salgado (UFMA).

“O objetivo é ampliar o trabalho do Núcleo, abrindo as

portas da Justiça para a população. O reitor Natalino Salgado foi bastante receptivo ao projeto e valorizou a iniciativa”, diz o desembargador.

Segundo Almeida, a exemplo de outras parcerias firmadas com faculdades do Estado, o centro vai oportunizar aos estudantes de Direito daquela universidade vivência na prática forense, participando, juntamente com professores, das audiências de conciliação.

Além dos juízes Alexandre Abreu (Coordenador do Núcleo de Conciliação), Márcia Cristina Chaves (Coordenadora dos Juizados Especiais da capital) e Samuel Sousa (Titular do 5º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Anjo da Guarda), participaram da reunião José Rinaldi e Antônio Luiz Amaral, respectivamente, Procurador-chefe e Assessor de Articulação e Modernização Institucional da UFMA.

Matinha

Anulada decisão que suspendeu direitos políticos do ex-prefeito

A 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado (TJMA) anulou decisão de primeira instância que suspendeu, por cinco anos, os direitos políticos do ex-prefeito de Matinha, Marcos Robert Silva Costa, conhecido como Beto, que teria feito autopromoção em matéria sobre Carnaval no Município, publicada em jornal de São Luís.

Por maioria de votos, o órgão colegiado do TJMA entendeu que houve cerceamento de defesa na Justiça de 1º grau. Os desembargadores Anildes Cruz (relatora) e Jaime Araújo acolheram a preliminar levantada pelo advogado de Beto, segundo a qual o apelante teria sido prejudicado com a impossibili-

dade de produzir as provas que requereu.

Além de declarar a nulidade da sentença de primeira instância – consequentemente também da multa de 20 vezes a remuneração que Beto recebia quando prefeito – a decisão da 4ª Câmara Cível do TJMA determinou o retorno dos autos do processo para que o juiz proceda à instrução com o recebimento das provas requeridas pelo ex-prefeito.

Segundo entendimento da maioria, o juiz ignorou o requerimento e julgou antecipadamente a ação por ato de improbidade administrativa oferecida pelo Ministério Público Estadual, indeferindo o pedido de produção de provas.

A revolta do povo

Manifestação em SL continua hoje

Depois de o protesto dessa quarta-feira (19), que ficou conhecido como "Vem pra rua", ter levado uma multidão para as ruas de São Luís, mais uma manifestação está marcada para a tarde deste sábado (22). A concentração será realizada a partir das 14h, na Praça Maria Aragão, onde deverão ser confeccionados cartazes e faixas. Mais de 30 mil pessoas já confirmaram presença no evento criado no Facebook para divulgar o protesto, que foi intitulado "Acorda Maranhão". **Página 3**

"Vem pra rua"

Nova manifestação está marcada para hoje

Depois de o protesto dessa quarta-feira (19), que ficou conhecido como "Vem pra rua", ter levado uma multidão para as ruas de São Luís, mais uma manifestação está marcada para a tarde deste sábado (22). A concentração será realizada a partir das 14h, na Praça Maria Aragão, onde deverão ser confeccionados cartazes e faixas. Mais de 30 mil pessoas já confirmaram presença no evento criado no Facebook para divulgar o protesto, que foi intitulado "Acorda Maranhão".

Os manifestantes estão se mobilizando por meio das

redes sociais, onde a organização da passeata divulgou as principais reivindicações do movimento. Entre várias outras causas, o movimento se posiciona contra a PEC 37 e defende o fim da corrupção. Os organizadores se declaram apertados e advertem que não serão aceitos atos de vandalismo, como os que foram vistos no fim da passeata de quarta-feira (19), quando algumas pessoas depredaram a sede da prefeitura e o Palácio dos Leões, entrando em confronto com a Polícia Militar.

O trajeto da manifestação

foi publicado na página do evento no Facebook. Segundo as informações fornecidas, a passeata deverá passar pela Avenida Beira-Mar, Palácio dos Leões, Palácio de La Ravardière, Tribunal de Justiça, Praça Dom Pedro II, Rua do Egito e Ponte do São Francisco, que os manifestantes pretendem ocupar em toda sua extensão.

Cancelada programação nos arraiais da Praia Grande e Ceprama

Para preservar o público, o patrimônio e os integrantes das brincadeiras juninas, a Secretaria de Estado de Cul-

tura (Secma) informa que decidiu cancelar a programação deste sábado (22) nos arraiais instalados na área da Praia Grande (Praças Nauro Machado, da Faustina e Casa do Maranhão) e no Ceprama.

O cancelamento da programação é uma medida de segurança preventiva devido ao movimento de protesto programado para esta data, nas ruas do Centro.

A programação junina nesses Arraiais será retomada normalmente no domingo (23), a partir das 19h, seguindo o roteiro previamente definido pela Secma.

Remarcadas inscrições em casamento Comunitário que seriam na terça-feira

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão informa que as inscrições para o casamento comunitário de São Luís agendadas para a próxima terça-feira (25) foram remarcadas. Os noivos que seriam atendidos durante a manhã do dia 25, deverão comparecer à Corregedoria na manhã do dia 1º de julho (segunda-feira); os noivos que seriam atendidos na tarde do dia 25 serão atendidos na tarde do dia 2 de julho (terça-feira).

O agendamento para inscrições no casamento comunitário que será realizado em São Luís pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão foi encerrado no dia 18 de junho. Do fim do mês de maio até essa terça-feira (18), aproximadamente 900 casais agendaram o seu atendimento. A partir de agora, a Corregedoria atenderá apenas os casais que estão com dia e hora marcados para a efetivação da inscrição, com a entrega da documentação necessária

pessoalmente pelos noivos.

A cerimônia do projeto “Casamentos Comunitários” em São Luís será realizada no dia 14 de setembro, no Fórum Des. Sarney Costa, no Calhau.

A efetivação das inscrições dos casais que agendaram o atendimento estão sendo feitas no prédio sede da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (Travessa Engenheiro Couto Fernandes, s/n, Centro – Praça Pedro II, ao lado da Capitania dos Portos), com dia e hora marcados.

Para a inscrição, todos os noivos devem ter em mãos carteira de identidade e comprovantes de residência (dos dois noivos). Além disso, é exigido:

Se solteiros: registro de nascimento original; se divorciados: certidão de casamento com averbação do divórcio original; se viúvos: a certidão de casamento e certidão de óbito do cônjuge originais.

Anulada decisão que suspendeu direitos políticos do ex-prefeito de Matinha

A 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado (TJ-MA) anulou decisão de primeira instância que suspendeu, por cinco anos, os direitos políticos do ex-prefeito de Matinha, Marcos Robert Silva Costa, conhecido como Beto, que teria feito autopromoção em matéria sobre carnaval no município, publicada em jornal de São Luís.

Por maioria de votos, o órgão colegiado do TJ-MA entendeu que houve cerceamento de defesa na Justiça de 1º grau. Os desembargadores Anildes Cruz (relatora) e Jaime Araújo acolheram a preliminar levantada pelo advogado de Beto, segundo a qual o apelante teria sido prejudicado com a impossibilidade de produzir as provas que requereu.

Além de declarar a nulidade da sentença de primeira instância – consequentemente também da multa de 20 vezes a remuneração que Beto recebia quando prefeito – a decisão da 4ª Câmara Cível do TJ-MA determinou o retorno dos autos do processo para que o juiz proceda à instrução com o recebimento das provas requeridas pelo ex-prefeito.

Segundo entendimento da maioria, o juiz ignorou o requerimento e julgou antecipadamente a ação por ato de improbidade administrativa oferecida pelo Ministério Público Estadual, indeferindo o pedido de produção de provas.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 47/2013

Processo Administrativo n.º 25.745/2013

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 10.520/02, Lei Complementar n.º 123/06, do Decreto Federal n.º 5.450/05, do Decreto Estadual n.º 26.645/10 e n.º 24.628/08 e subsidiariamente as disposições da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Tipo MENOR PREÇO, por LOTE, pelo Sistema de Registro de Preços, para Aquisição de água mineral acondicionada em vasilhames plásticos de 20 litros e garrafas plásticas de 1,5 litros, bem como o fornecimento de vasilhames plásticos de 20 litros, no dia 10/07/2013, às 10:00 horas (horário de Brasília), através do uso de recursos de tecnologia da informação, site www.comprasnet.gov.br, sendo presidida por Pregoeiro Oficial do TJ/MA, na sala da Divisão de Licitação e Contratos, situada na Rua Viveiros de Castro, 257, Alemanha, CEP 65.036-710, São Luís/MA. O pregoeiro informa que, o edital encontra-se disponível na página web do Comprasnet – endereço www.comprasnet.gov.br.

São Luís, 20 de junho de 2012.

RAULIFRAN DA SILVA COSTA

Pregoeiro TJ/MA

Exposição em redes sociais ameaça segurança de juízes, alertam americanos

Desembargadores, juízes e servidores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) avaliaram, ontem (21), os perigos da superexposição e estratégias de segurança que podem evitar ameaças pessoais nas redes sociais.

O tema foi discutido durante palestra ministrada pelo coronel da polícia norte-americana e comandante da “US Police Instructor Teams - US-PIT” Charles Saba, e pelos instrutores da SWAT, Shane McSheehy e Richard Rippy, no auditório do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau).

Saba alertou os magistrados maranhenses sobre a responsabilidade que cada um tem sobre a própria segurança, ressaltando a vulnerabilidade dos perfis criados nas redes sociais.

O evento – promovido pela Comissão de Segurança Institucional em parceria com a Diretoria de Segurança do TJ-MA – foi aberto pelo desembargador José Luiz Almeida, que representou o presidente, desembargador Antônio Guerreiro Júnior. “Sendo cidadãos, vivemos em estado de insegurança. Imagem enquanto autoridades”, ressaltou o desembargador, acrescentando que o curso não é a solução, mas desperta para essa questão.

“O magistrado é responsável por 51% da sua segurança pessoal. À instituição cabe investir em equipamentos, policiamento e outras ferramentas que afastem as situações de perigo iminente”, afirmou.

Para o instrutor Shane McSheehy, não há filtro seguro que impeça a ação de criminosos, sejam reais ou virtuais. “A mídia social é popular e de fácil acesso. Quando você envia uma informação, está puxando o gatilho e dando um tiro no ar. É uma bala que não se sabe aonde vai parar”, avaliou.